



MERCADO DE TRABALHO

Inflação e fim da geringonça levam greves a máximos de 2013

Há quase uma década que não eram entregues tantos pré-avisos de greve num único semestre. Nos primeiros seis meses de 2022, deram entrada mais de 630 pré-avisos. Inflação alta e fim da geringonça explicam a evolução.

ISABEL PATRÍCIO
ipatricio@jornaleconomico.pt

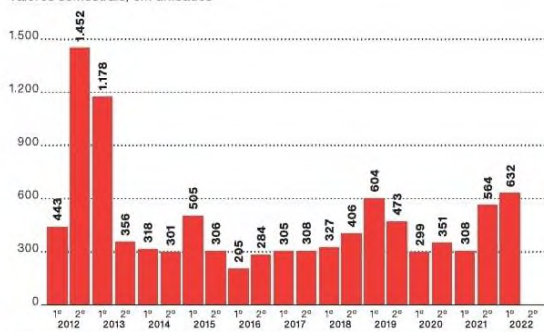
É preciso recuar até 2013, quando Portugal estava submetido ao programa de ajustamento acordado com Comissão Europeia, BCE e FMI e no terceiro ano consecutivo de recessão, para encontrar um nível de contestação social mais elevado do que o registado nos primeiros seis meses deste ano. De acordo com os dados da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), entre janeiro e junho, deram entrada 632 pré-avisos de greve, mais do que o dobro do total verificado no período homólogo de 2021 e o valor semestral mais alto em quase uma década.

O disparo dos preços – que não tem sido acompanhado pela correspondente atualização dos salários – ajuda a explicar o aumento dos protestos dos trabalhadores, mas não é essa a única razão: o fim da geringonça e a maioria absoluta do PS também ajudam a explicar esta evolução, indicam os especialistas.

O ano de 2022 começou com uma redução em cadeia do número de paralisações, mas essa trajetória acabou por sofrer uma inversão. Assim, se em janeiro ainda se verificou uma quebra em torno de 72% face a dezembro, em março registou-se um salto de mais de 100% do número de pré-avisos entrados face ao mês anterior. E em maio, esse número ficou a menos de duas dezenas dos 200 pré-avisos de greve.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PRÉ-AVISOS DE GREVE ENTRADOS

Valores semestrais, em unidades



Fonte: O Jornal Económico

ve. No total, entre janeiro e junho, foram entregues mais 68 pré-avisos do que no semestre anterior (o que equivale a um acréscimo de 12%) e mais 324 do que no mesmo período de 2021 (o correspondente a uma subida de 105%).

Os dados compilados pelo Jornal Económico (JE) mostram que o total de pré-avisos de greve registado no primeiro semestre de 2022 está não só acima dos níveis pré-pandemia (durante a crise sanitária, os protestos diminuíram por efeito das restrições à mobilidade), como é mesmo o mais elevado desde o primeiro semestre de 2013, altura em que deram entrada 1.178 pré-avisos. Na atual série, que arranca em 2012, só num outro semestre foi registado um valor superior ao

Sem respostas, contestação social vai intensificar-se, avisam sindicatos

Os próximos meses adivinham-se “quentes”. Sem respostas por parte do Governo e dos patrões, sindicatos prometem protestos.

ISABEL PATRÍCIO
ipatricio@jornaleconomico.pt

A contestação social está no nível mais alto de quase uma década e os próximos meses não deverão trazer um desagravamento da situação, a menos que haja respostas às necessidades dos trabalhadores por parte do Governo e dos empregadores, avisam os sindicatos.

Com a inflação a tocar em níveis históricos, “os trabalhadores estão, naturalmente, a vir para a rua”, sublinha Ana Pires, da CGTP, que entende que é urgente uma política de valorização salarial. “Precisamos de dar condições à população para que consiga viver com o mínimo de dignidade”, realça a sindicalista, frisando que “os patrões aproveitaram sempre o argumento do momento” – neste caso, o aumento dos custos – para não reforçar os vencimentos. E avisa: “Os trabalhadores precisam de respostas. Não tendo, vão recorrer às suas possibilidades. Haverá uma intensificação da luta”.

Da parte da UGT, Sérgio Monte salienta que a negociação coletiva “está bloqueada” face à incerteza atual e isso reflete-se na contestação social. Neste cenário, destaca o sindicalista, o acordo de rendimentos que está a ser discutido na Concertação Social assume uma “importância acrescida”. “Se não houver acordo e a negociação coletiva continuar bloqueada, não tenho dúvidas que a contestação poderá aumentar”, atira Sérgio Monte, que defende que o Governo tem também um papel neste quadro e deveria colocar em prática medidas de apoio temporárias, face à perda de poder de compra dos portugueses.

“É provável que tenhamos um setembro e um outubro ‘quentes’ em vários setores”, considera o politólogo Bruno Costa, que nota que por toda a Europa os Governos têm sido questionados sobre as respostas necessárias face à escalada dos preços. Mais, a ausência de uma previsão de quando a inflação desacelerará contribui também para a contestação social, salienta.

Quanto aos setores mais afetados pelas greves, os transportes têm estado em destaque. Dos pré-avisos comunicados no segundo trimestre, 20% estiveram ligados a esse setor. Anabela Carvalho, da

Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações (FECTRANS), salienta que, por um lado, “o custo de vida tem tido um aumento exorbitante” e, por outro, tem havido uma “recusa total para a negociação” nomeadamente em torno das questões salariais, gerando-se, assim, contestação. “A inflexibilidade começa no Governo”, defende a sindicalista, que frisa que o primeiro-ministro veio defender uma subida de 20% do salário médio, mas os funcionários públicos receberam um aumento abaixo de 1%. “Se o Governo não inflitr as suas políticas, ouvir os trabalhadores e perceber que é necessário que os portugueses tenham dinheiro disponível para comprarem os seus bens essenciais, não vejo outra alternativa que não as formas de luta”, diz.

Por falar em Função Pública, Sebastião Santana, líder da Frente Comum, avisa que “está nas mãos do Governo” o desagravamento ou não dos protestos. “Em cima da mesa estão todas as formas de luta. A dimensão [dos protestos] vai depender das respostas ou da falta delas”, antecipa o sindicalista, que revela que no final de setembro o sindicato que lidera entregará ao Governo uma proposta reivindicativa, com os aumentos salariais à cabeça.

Já no privado, no final de junho, o Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, Telecomunicações, Media e Serviços (SINDETELCO) convocou uma greve dos trabalhadores dos CTT. “Tivemos um aumento de 7,5 euros, numa empresa com 38 milhões de euros de lucro. A empresa não quer negociar”, sublinha José Arsénio. “Penso que haverá mais formas de luta até ao fim do ano. Apostamos no diálogo, mas quando não há abertura do outro lado [avançamos para a luta]”, afirma. ■



Ana Pires
Dirigente da CGTP

desse período: no segundo de 2012. Ou seja, o nível de contestação verificado no início de 2022 é o mais elevado desde o período em que se discutiu o Orçamento do Estado do “enorme aumento de impostos”.

Para Boaventura de Sousa Santos, sociólogo e diretor emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, essa subida das greves explica-se, por um lado, pelas atuais condições socioeconómicas (a inflação, em particular), mas também porque os últimos anos foram marcados por restrições que fizeram adiar a luta. Além disso, a geringonça terminou e o PS conquistou a maioria absoluta, deixando os partidos mais à esquerda de ter qualquer compromisso com os socialistas. O PCP, por exemplo, indica o sociólogo, tem “alguma influência” junto dos movimentos sindicais e Jerónimo de Sousa, realça, tem apontado para o aumento da luta nas ruas.

Bruno Costa, politólogo e professor na Universidade da Beira Interior, concorda com essa interpretação. “[O aumento das greves] reflete a nova configuração política: Governo de maioria absoluta e a maior liberdade dos partidos”, sublinha, referindo que as forças mais à esquerda têm tido agora de “marcar o seu espaço político”. “Enquanto houve um acordo com os partidos à esquerda do PS, houve uma maior pacificação da contestação. Isso leva a questionar a partidarização do movimento sindical”, atira o especialista, que enfatiza, por outro lado, que o Governo tem estado “desnorteado” e tem sido incapaz de se coordenar com outras forças políticas. ■

